



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ

**3ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública da Comarca de Teresina DA
COMARCA DE TERESINA**

Praça Edgard Nogueira, s/n, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830

PROCESSO Nº: 0837130-44.2024.8.18.0140

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S): [ISS/ Imposto sobre Serviços]

AUTOR: _____

REU: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE TERESINA



JuLIA - Explica



SENTENÇA

Cuida-se de ação ordinária com pedido de tutela provisória de urgência ajuizada por _____, pessoa jurídica de direito privado, contra o Município de Teresina, objetivando o afastamento do denominado Regime Especial de Fiscalização e Controle de ISS a que foi submetida administrativamente, bem como a declaração da inconstitucionalidade e nulidade do art. 447 do Código Tributário do Município de Teresina (LCM n.º 4.974/2016), com o consequente reconhecimento da ilegalidade da exigência de antecipação de pagamento do tributo como condição para a emissão de notas fiscais eletrônicas.

A parte autora sustenta, em síntese, que, desde 25 de julho de 2024, encontra-se impedida de emitir Notas Fiscais de Serviços Eletrônicas (NFS-e) em razão de sua inclusão no Regime Especial de Fiscalização, o qual impõe, como requisito para a emissão, a antecipação do recolhimento do Imposto Sobre Serviços (ISS). Afirma que tal exigência caracteriza sanção política, medida indireta e coercitiva de cobrança de tributo, vedada pelo ordenamento jurídico.

Argumenta que o mencionado regime foi aplicado com fundamento exclusivo na existência de débitos fiscais, configurando clara violação aos princípios constitucionais da livre iniciativa, do devido processo legal, da ampla defesa e da legalidade. Invoca vasta jurisprudência dos tribunais superiores e do próprio TJPI no sentido da inconstitucionalidade de medidas administrativas que restrinjam ou impeçam o exercício da atividade empresarial como meio de compelir o pagamento de tributos.

A parte autora pleiteia a manutenção da medida liminar concedida, a rejeição da impugnação ao valor da causa, a presunção de veracidade dos fatos não impugnados, bem como a procedência total dos pedidos, com a confirmação da liminar, afastamento definitivo do regime especial e condenação do réu ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios.

Regularmente citado, o Município de Teresina apresentou contestação, na qual defende a legalidade do art. 447 da LCM n.º 4.974/2016 e sustenta que a medida adotada se trata de mecanismo legítimo de fiscalização, com respaldo legal, voltado ao enquadramento do contribuinte como devedor habitual.



Alega que a existência de créditos tributários vencidos e não pagos justifica a submissão do contribuinte ao referido regime, que não implicaria sanção política, mas apenas o cumprimento de obrigações tributárias previamente estabelecidas.

O réu impugna o valor atribuído à causa, alegando que o montante de R\$ 264.064,72 não corresponderia ao efetivo conteúdo patrimonial em discussão, mas sim ao valor total do passivo fiscal da autora.

As partes manifestaram-se expressamente acerca da desnecessidade de produção de outras provas, pugnando pelo julgamento antecipado da lide.

É o relatório. Decido.

DA IMPUGNAÇÃO AO VALOR DA CAUSA

A impugnação ao valor da causa merece acolhimento.

Nos termos do art. 292, § 3º, do Código de Processo Civil, o valor da causa deve refletir o conteúdo econômico da pretensão deduzida em juízo, podendo o juiz corrigi-lo de ofício ou a requerimento da parte, sempre que verificar incompatibilidade entre o valor atribuído e o efetivo proveito econômico pretendido.

Na hipótese dos autos, verifica-se que o valor atribuído pela parte autora refere-se ao montante dos débitos fiscais em aberto, que são objeto de cobrança por via própria, não guardando correspondência com o pedido formulado, que visa afastar o regime especial de fiscalização e viabilizar a emissão de notas fiscais eletrônicas, independentemente do pagamento antecipado de tributo.

Contudo, diante do entrave de quantificar com precisão o valor econômico decorrente da impossibilidade de emissão de notas fiscais, seja por ausência de documentos nos autos que demonstrem a média mensal de faturamento comprometida, seja pela natureza dinâmica da atividade empresarial, impõe-se o arbitramento do valor da causa como o de alçada, considerando o montante de 01 (um) salário-mínimo.

Assim, acolho a impugnação ao valor da causa e determino sua retificação para o valor da alçada.

Como as custas foram recolhidas com base em valor mais elevado, não há necessidade de complementação, podendo a parte, se entender cabível, requerer administrativamente a restituição do excedente, nos termos da legislação aplicável.

Passo ao mérito.

Ao analisar o caso, verifico que a exigência de recolhimento antecipado do ISS como requisito para a emissão de notas fiscais configura abuso de poder, conforme já reconhecido em precedentes do Supremo Tribunal Federal. A medida imposta pelo Município restringe de forma desproporcional o exercício da atividade econômica da empresa autora, _____, afetando diretamente o funcionamento regular de suas operações, o que contraria os princípios constitucionais da livre iniciativa e da liberdade econômica.

É relevante lembrar que o STF, nas Súmulas 70, 547 e 323, já consolidou o entendimento de que não é lícito à administração pública utilizar mecanismos coercitivos que impeçam ou dificultem o exercício de atividades profissionais e empresariais como forma de cobrar tributos, conforme cito:

A Súmula 70 dispõe que: "É inadmissível a interdição de estabelecimento como meio coercitivo para cobrança de tributo."

A Súmula 547 afirma que: "Não é lícito à autoridade proibir que o contribuinte em débito adquira estampilhas, despache mercadorias nas alfândegas e exerça suas atividades profissionais."

A Súmula 323 determina que: "É inadmissível a apreensão de mercadorias como meio coercitivo para pagamento de tributos."

Com a mesma linha segue tecida a jurisprudência do STJ:

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 2.232.171 -



RS (2022/0331531-3) DECISÃO (..) 9. Em que pese "o acúmulo de débitos de ICMS desde 2015, totalizando a quantia de R\$ 7.339.364,95", o próprio Supremo Tribunal Federal, através da Súmula 5471, já sacramentou o entendimento de que o Poder Tributante não pode travar o funcionamento da empresa, posto que para a cobrança dos seus créditos já possui o instrumento da execução fiscal repleta de favores e benefícios em prol do Credor (fl. 135). (...) Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial. Publique-se. Intimem-se. Brasília, 10 de janeiro de 2023. MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA Presidente (STJ - AREsp: 2232171 RS 2022/0331531-3, Relator: Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, Data de Publicação: DJ 12/01/2023).

Na mesma direção seguem as jurisprudências desta Corte de Justiça:

APELAÇÃO CÍVEL. MANDADO DE SEGURANÇA. REGIME ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE. ILEGALIDADE. VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA LIVRE CONCORRÊNCIA E DO LIVRE. BLOQUEIO DA EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRÔNICA. CONTRIBUINTE INADIMPLENTE. SANÇÃO POLÍTICA. IMPOSSIBILIDADE DO USO DE MEIOS COERCITIVOS PARA COMPELIR AO PAGAMENTO DE TRIBUTOS. PRECEDENTES STF. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. 1. O ponto central discutido na ação mandamental refere-se à alegação da impetrante de ter o direito líquido e certo de emitir as Notas Fiscais Eletrônicas (NF-e) para o regular desempenho de suas atividades. 2. **A partir do momento em que a impetrante depende da emissão das NF-e para o desenvolvimento de sua atividade empresarial, este elemento já é apto a demonstrar plausibilidade do direito invocado, tal qual pretendido no mandamus, tendo em vista que a suspensão da autorização para a emissão das NF-e, por óbvio, trata-se de verdadeiro óbice capaz de trazer prejuízos.** 3. **A exigência de pagamento de débitos como condição para autorização de emissão de notas fiscais eletrônicas pelo contribuinte do ISSQN constitui inegável sanção política, não admitida pelo ordenamento jurídico.** 4. Não obstante, o STF firmou entendimento de que a utilização de meios indiretos, coercitivos, para compelir o contribuinte a pagar os tributos, revela-se inadequada, nos termos das Súmulas 70, 323 e 547 do STF. 5. Recurso conhecido e improvido. (TJPI - APELAÇÃO / R E M E S S A N E C E S S Á R I A 0 8 1 1 1 9 2 - 91.2017.8.18.0140 - Relator: AGRIMAR RODRIGUES DE ARAUJO - Vice-Presidência do Tribunal de Justiça - Data 19/03/2024).



No presente caso, o regime imposto pelo Município de Teresina se assemelha a uma sanção política, ao restringir o funcionamento da empresa mediante a antecipação do recolhimento do ISS como condição para a emissão de notas fiscais, sem que haja a devida consideração da razoabilidade da medida.

Essa conduta tem efeitos equivalentes à interdição de estabelecimento e à inviabilização da atividade econômica, pois impede, de forma clara, o funcionamento empresarial, o que é vedado pela jurisprudência consolidada do STF.

A exigência do Regime Especial de Fiscalização e Controle, nos termos do art. 447, V, da Lei Complementar Municipal n.º 4.974/2016, com condicionamento da emissão de notas fiscais eletrônicas ao recolhimento antecipado do Imposto Sobre Serviços, revelase medida de caráter coercitivo, adotada de forma unilateral pela Administração, sem a observância do devido processo legal, constitui inegável sanção política, não admitida pelo ordenamento jurídico, por violar os princípios da legalidade, do contraditório, da ampla defesa e da livre iniciativa.

Diante disso, impõe-se reconhecer, a inconstitucionalidade do art. 447, V, da Lei Complementar Municipal n.º 4.974/2016, em sua aplicação concreta, por afrontar os princípios constitucionais acima citados, devendo, portanto, ser afastado o Regime Especial de Fiscalização imposto à parte autora, bem como a exigência de recolhimento antecipado de ISS como condição para emissão de notas fiscais eletrônicas.

Ante o exposto, com fundamento no art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, julgo procedente o pedido inicial para reconhecer, a inconstitucionalidade da aplicação concreta do art. 447, V, da Lei Complementar Municipal n.º 4.974/2016, e determinar o afastamento do Regime Especial de Fiscalização de ISS imposto à parte autora, bem como autorizar a emissão de notas fiscais eletrônicas independentemente do recolhimento antecipado do tributo.

Acolho, ainda, a impugnação ao valor da causa, fixando-o no valor de alçada, considerando o *quantum* de 01 (um) salário-mínimo, reconhecendo que as custas foram recolhidas a maior, facultando-se a parte autora requerer, se entender cabível, a restituição do valor excedente pela via administrativa.

Condeno o réu ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, que fixo por equidade em R\$ 1.000,00 (mil reais), nos termos do art. 85, § 8º, do CPC, considerando o módico valor da causa, modificado por este Juízo. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

TERESINA-PI, 30 de julho de 2025.

FABRÍCIO PAULO CYSNE DE NOVAES

Juiz(a) de Direito da 3ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública da Comarca de Teresina

